



Plano Estratégico STJ 2010-2014

RELATÓRIO DE DESEMPENHO

INSTITUCIONAL

3º trimestre/2014



PLANO ESTRATÉGICO STJ 2010-2014

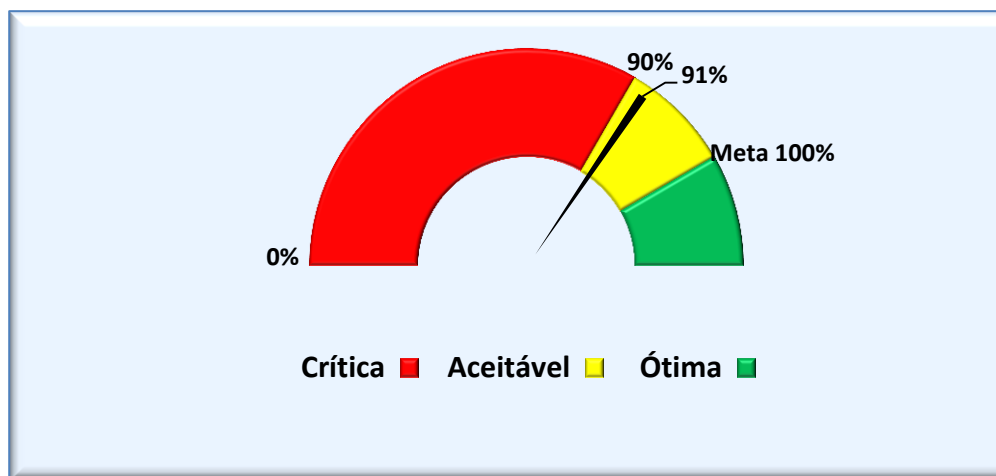
RELATÓRIO DE DESEMPENHO

3º trimestre/2014

Sumário

1. SITUAÇÃO GERAL DO PLANO.....	4
2. INDICADORES ESTRATÉGICOS.....	6
INDICADORES EM SITUAÇÃO ÓTIMA.....	7
INDICADORES EM SITUAÇÃO ACEITÁVEL	12
INDICADORES EM SITUAÇÃO CRÍTICA.....	14
INDICADORES EM SITUAÇÃO NÃO MENSURADA.....	18
3. PROJETOS ESTRATÉGICOS	19
PROJETOS EM ANDAMENTO.....	21
PROJETOS CONCLUÍDOS	24
PROJETOS CANCELADOS	28

1. SITUAÇÃO GERAL DO PLANO



O Plano Estratégico do STJ, concebido para o período de 2010 a 2014, está regulamentado nos termos da Resolução STJ n. 18 de 6 de agosto de 2012. Para avaliá-lo, o Tribunal elabora relatórios de desempenho trimestrais que apresentam a situação dos temas e dos objetivos estratégicos, em suas respectivas perspectivas, a partir dos resultados aferidos com os indicadores e os projetos estratégicos.

Os indicadores demonstram o desempenho institucional e apontam o que deve ser ajustado e otimizado, considerando a experiência e os resultados mensurados e discutidos em reuniões de análise estratégica (RAEs) anteriores. Por outro lado, os projetos indicam as ações prioritárias para a consecução da estratégia do Tribunal e são monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos – ECP. Com o intuito de uma mensuração mais fiel à realidade, adotou-se um novo critério para a apresentação dos resultados dos indicadores com periodicidade semestral, anual e bianual. A partir deste relatório, aparecerão as últimas aferições dos indicadores que ocorreram no seu período definido. Por exemplo, o indicador “Aderência aos padrões mínimos de TI” é medido ANUALMENTE, assim, aparecerá o resultado de dezembro de 2013, tendo em vista que somente será mensurado ao final de 2014. Aqueles que estiverem no período de medição e que, por algum motivo, não tiveram seu desempenho aferido, aparecerão com a situação “Não mensurada”.

Outra alteração implementada a partir deste relatório é a mensuração da situação geral do Plano a partir dos índices de cumprimento de cada um dos 25 indicadores e não como anteriormente era feito pelo cumprimento consolidado dos temas. Essa medida pode tornar a mensuração mais precisa, considerando o balanceamento dos percentuais específicos de cumprimento e não uma pontuação específica que antes era alocada com base nos critérios de atingimento da meta (ótima, aceitável e crítica). Assim, este documento destaca que o Plano está em situação **aceitável**, conforme demonstrado a seguir.

Mapa Estratégico STJ 2010- 2014

MISSÃO

Processar e julgar as matérias de sua competência originária e recursal, assegurando uniformidade na interpretação das normas infraconstitucionais e oferecendo ao jurisdicionado uma prestação de qualidade, rápida e efetiva.

VISÃO DE FUTURO

Consolidar-se como o Tribunal da Cidadania, oferecendo justiça de qualidade, rápida e efetiva.

Qualidade

Oferecer serviços com qualidade

Responsabilidade Socioambiental

Promover a cidadania

Ampliar a responsabilidade ambiental

Atuação Institucional

Aprimorar a comunicação institucional

Fortalecer e harmonizar as relações institucionais

Eficiência Operacional

Elevar a produção de julgados

Acelerar os trâmites judiciais

Buscar a excelência na gestão

Gestão de Pessoas

Desenvolver competências

Melhorar o clima organizacional

Infraestrutura e Tecnologia

Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI

Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais

Orçamento

Assegurar e gerir recursos orçamentários

Sociedade

Processos Internos

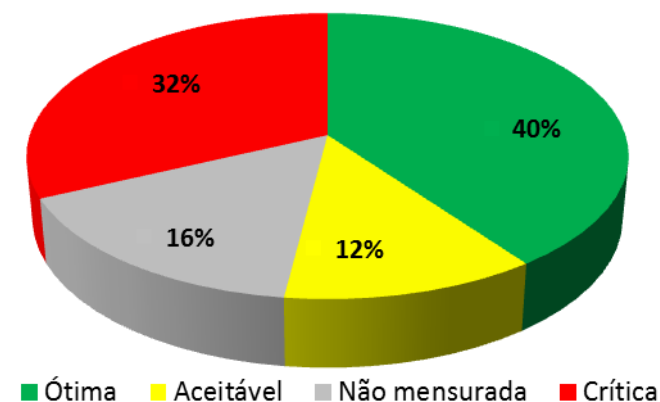
Recursos

2. INDICADORES ESTRATÉGICOS

Período	Indicador	Situação
Mensal	1.2 Execução orçamentária	Ótima
	3.2 Disponibilidade dos serviços <i>online</i>	Ótima
	4.2 Absenteísmo	Ótima
	8.2 Agilidade no julgamento	Crítica
	8.3 Processos antigos com primeira decisão	Aceitável
	8.4 Agilidade na publicação de acórdãos	Crítica
	9.1 Decisões terminativas de processo por ministro	Ótima
	9.2 Atendimento à demanda	Aceitável
	10.3 Processos eletrônicos	Crítica
	13.1 Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania	Ótima
	14.1 Satisfação do cliente	Aceitável
Semestral	1.1 Execução do orçamento estratégico	Não mensurada
	5.1 Capacitação nas competências estratégicas*	Ótima
	5.3 Servidor treinado*	Crítica
	7.3 Agilidade na tramitação de processos de aquisição*	Crítica
	8.1 Congestionamento*	Crítica
	12.1 Redução do impacto ambiental*	Ótima
Anual	2.1 Aderência aos padrões mínimos de TI**	Ótima
	2.2 Condições de trabalho*	Crítica
	3.1 Aderências às metas do PETI do STJ**	Ótima
	5.2 Planejamento Anual de Capacitação**	Ótima
	10.1 Parcerias estratégicas**	Ótima
	11.1 Inserções institucionais na mídia	Não mensurada
	11.2 Matérias institucionais positivas	Não mensurada
Bianual	4.1 Satisfação do servidor/Clima Organizacional	Não mensurada

Situação	Parâmetros	Quantidade	Percentual
Ótima	Índices iguais ou superiores à meta estabelecida	10	40%
Aceitável	Índices inferiores em até 10% à meta estabelecida	3	12%
Crítica	Índices inferiores em mais de 10% à meta estabelecida	8	32%
Não mensurada	Não ocorreu medição no período	4	16%
Total		25	100%

Situação dos Indicadores Estratégicos - 3o Trimestre 2014



* = Relativo à última medição – 1º semestre de 2014

** = Relativo à última medição – Dezembro de 2013

INDICADORES EM SITUAÇÃO ÓTIMA

Resultado



Análise

2.1 Aderência aos padrões mínimos de TI (Processo STJ 03544/2011) - Relativo à última medição – Dezembro de 2013

Meta: Atender 100% dos padrões mínimos de TI, até dez/2014.

Comentário: O indicador visa à avaliação da aderência do ambiente tecnológico do STJ em relação à Resolução CNJ n. 90, de 29 de setembro de 2009, que dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário. Vale salientar que a norma foi alterada pela Resolução CNJ n. 136, de 13 de julho de 2011.

Em 2013, a meta de 90% foi superada, com o atendimento de 40 dos 44 itens descritos na resolução supracitada. Destaca-se a implementação do Modelo Nacional de Interoperabilidade de Dados do Poder Judiciário e Órgãos da Administração da Justiça (MNI) visando à integração eletrônica de processos judiciais, informações processuais, comunicações e documentos.

ADERÊNCIA ÀS METAS DO PETI DO STJ



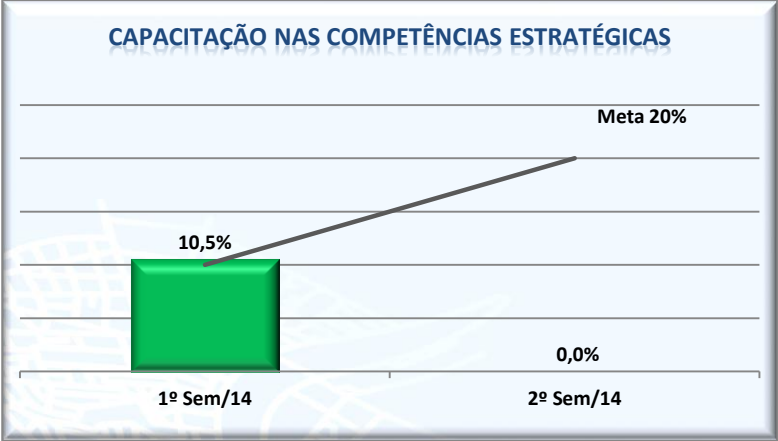
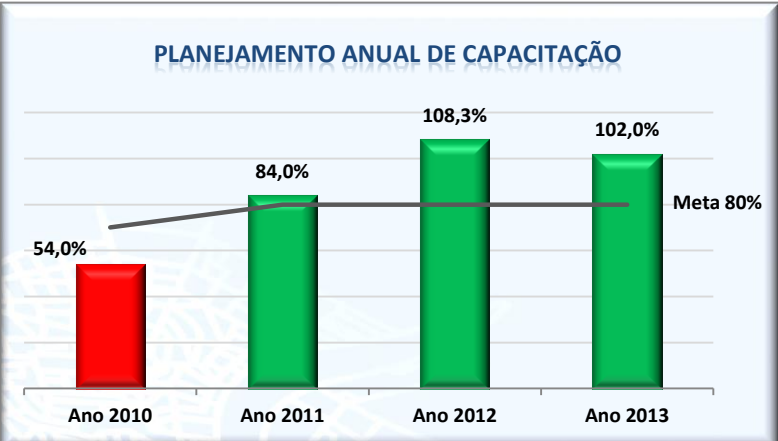
3.1 Aderências às metas do PETI do STJ (Processo STJ 03542/2011) - Relativo à última medição – Dezembro de 2013

Meta: Alcançar 100% de aderência às metas do PETI do Superior Tribunal de Justiça, até dez/2014.

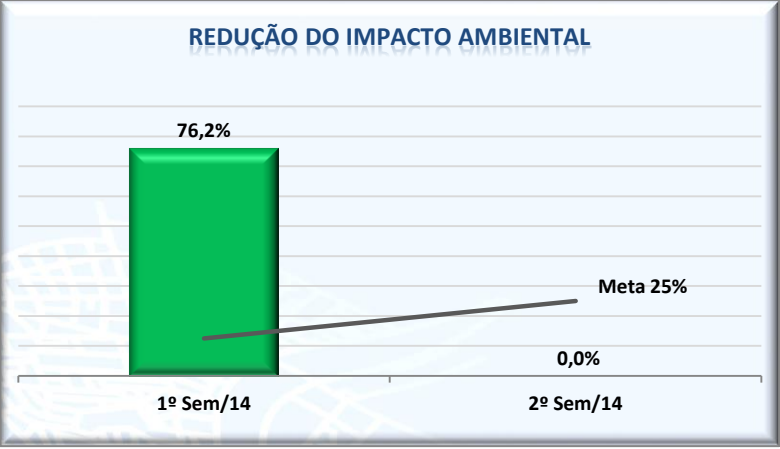
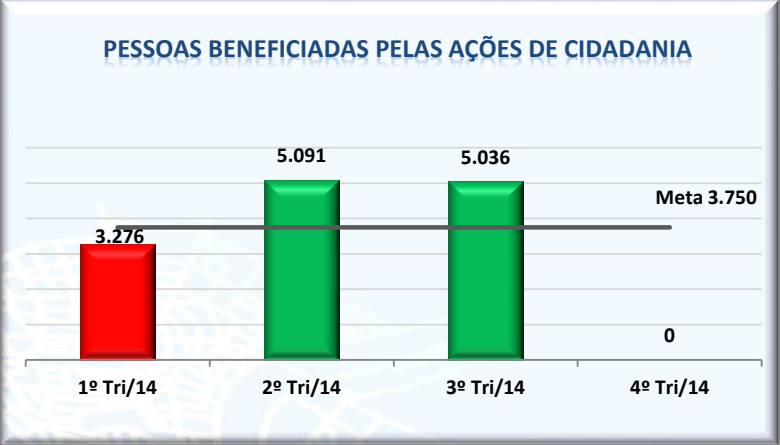
Comentário: Em 2012, o indicador teve sua base de cálculo migrada da referência nacional para a aderência às metas estabelecidas para o PETI do próprio STJ, com intuito de obter uma maior efetividade no acompanhamento do planejamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no Tribunal, conforme 8ª RAE.

Em 2013, após uma nova análise técnica pela área de Tecnologia da Informação e Comunicação desta Corte, modificou-se a maneira de mensuração do indicador para que fosse feita uma análise mais qualitativa dos resultados apurados, utilizando-se uma comparação da média ponderada dos indicadores estratégicos de TIC, conforme 13ª RAE. Assim, a meta de 90% foi superada no exercício com o resultado de 91,17%.

Resultado	Análise										
<p style="text-align: center;">DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS ONLINE</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Trimestre</th> <th>Disponibilidade (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º Tri/14</td> <td>98,06</td> </tr> <tr> <td>2º Tri/14</td> <td>99,59</td> </tr> <tr> <td>3º Tri/14</td> <td>99,22</td> </tr> <tr> <td>4º Tri/14</td> <td>0,00</td> </tr> </tbody> </table> <p style="text-align: right;">Meta > 98%</p>	Trimestre	Disponibilidade (%)	1º Tri/14	98,06	2º Tri/14	99,59	3º Tri/14	99,22	4º Tri/14	0,00	<p>3.2 Disponibilidade dos serviços <i>online</i> (Processo STJ 03543/2011)</p> <p>Meta: Manter a disponibilidade dos serviços <i>online</i> acima de 98%, até dez/2014.</p> <p>Comentário: Apesar da pequena queda observada no 3º trimestre, a meta permaneceu superada. Essa variação decorre de atualizações tecnológicas feitas nos serviços oferecidos, aproveitando as férias coletivas de janeiro e julho dos ministros desta Corte, conforme Art. 81 do RISTJ. Além disso, em julho foram realizadas as instalações de ativos de rede e de diversas atualizações de sistemas operacionais, parte de manutenções programadas, causando certa instabilidade no ambiente tecnológico.</p> <p>Ademais, contribuíram para essa variação percentual registrada no período as ocorrências nos seguintes serviços: a) a implementação da nova ferramenta de Portal Web do STJ nos meses de julho e agosto; b) instabilidade em alguns servidores de arquivo no mês de setembro (atualmente há caso aberto para avaliação junto ao fabricante Microsoft); c) indisponibilidade do ambiente Justiça no mês de setembro em decorrência de problema ocorrido em seu banco de dados.</p>
Trimestre	Disponibilidade (%)										
1º Tri/14	98,06										
2º Tri/14	99,59										
3º Tri/14	99,22										
4º Tri/14	0,00										
<p style="text-align: center;">ABSENTEÍSMO</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Trimestre</th> <th>Absenteísmo (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º Tri/14</td> <td>2,37</td> </tr> <tr> <td>2º Tri/14</td> <td>3,09</td> </tr> <tr> <td>3º Tri/14</td> <td>2,98</td> </tr> </tbody> </table> <p style="text-align: right;">Meta < 3%</p>	Trimestre	Absenteísmo (%)	1º Tri/14	2,37	2º Tri/14	3,09	3º Tri/14	2,98	<p>4.2 Absenteísmo (Processo STJ 03541/2011)</p> <p>Meta: Manter o absenteísmo abaixo de 3%, até dez/2014.</p> <p>Comentário: Observa-se que o índice de absenteísmo no terceiro trimestre está abaixo de 3%. Conduas como ações de promoção à saúde e prevenção de doenças, lideradas pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS), interação com a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), para os casos de absenteísmo não relacionados a adoecimento, e treinamento e análise dos atos periciais, são atitudes que estão favorecendo a manutenção da meta.</p> <p>No entanto, ocorrem outras variáveis, como doenças sazonais e algumas condutas administrativas que podem corroborar ocasionalmente no incremento deste indicador.</p>		
Trimestre	Absenteísmo (%)										
1º Tri/14	2,37										
2º Tri/14	3,09										
3º Tri/14	2,98										

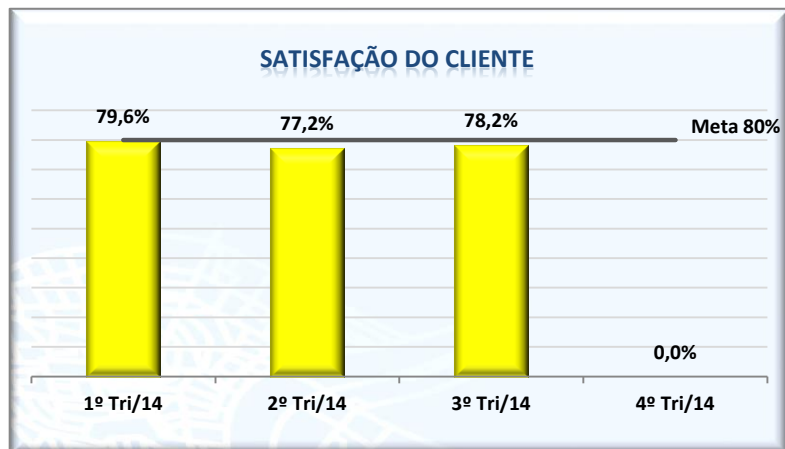
Resultado	Análise															
<p style="text-align: center;">CAPACITAÇÃO NAS COMPETÊNCIAS ESTRATÉGICAS</p>  <table border="1"> <caption>Capacitação nas Competências Estratégicas</caption> <thead> <tr> <th>Semestre</th> <th>Resultado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º Sem/14</td> <td>10,5%</td> <td>20%</td> </tr> <tr> <td>2º Sem/14</td> <td>0,0%</td> <td>20%</td> </tr> </tbody> </table>	Semestre	Resultado	Meta	1º Sem/14	10,5%	20%	2º Sem/14	0,0%	20%	<p>5.1 Capacitação nas competências estratégicas (Processo STJ 03537/2011) - Relativo à última medição – 1º semestre de 2014</p> <p>Meta: Atingir 20% do índice de capacitação nas competências estratégicas, até dez/2014.</p> <p>Comentário: Observa-se que a meta de 10% para o primeiro semestre de 2014 foi superada. A expectativa é de que a meta anual de 20% também seja alcançada, tendo em vista o grande número de eventos da área Judiciária contratados para o segundo semestre.</p> <p>Além disso, encerrar-se-á a atual turma do evento Gestão.com que envolve mais de 100 gestores e 40 horas-aula, o dobro do mínimo necessário para o servidor ser contabilizado neste indicador.</p> <p>Os resultados demonstram a preocupação constante desta Corte no desenvolvimento profissional de seus servidores visando à qualidade dos serviços prestados à sociedade.</p>						
Semestre	Resultado	Meta														
1º Sem/14	10,5%	20%														
2º Sem/14	0,0%	20%														
<p style="text-align: center;">PLANEJAMENTO ANUAL DE CAPACITAÇÃO</p>  <table border="1"> <caption>Planejamento Anual de Capacitação</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Resultado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ano 2010</td> <td>54,0%</td> <td>80%</td> </tr> <tr> <td>Ano 2011</td> <td>84,0%</td> <td>80%</td> </tr> <tr> <td>Ano 2012</td> <td>108,3%</td> <td>80%</td> </tr> <tr> <td>Ano 2013</td> <td>102,0%</td> <td>80%</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Resultado	Meta	Ano 2010	54,0%	80%	Ano 2011	84,0%	80%	Ano 2012	108,3%	80%	Ano 2013	102,0%	80%	<p>5.2 Planejamento Anual de Capacitação (Processo STJ 03538/2011) - Relativo à última medição – Dezembro de 2013</p> <p>Meta: Atender 80% dos itens do Planejamento Anual de Capacitação - PAC, até dez/2014.</p> <p>Comentário: Esse indicador permite a comparação dos temas executados do Plano de Ações de Capacitação do Tribunal (PAC) com o total de itens inicialmente previstos.</p> <p>Em 2013 as unidades do tribunal modificaram ou acrescentaram apenas 11 eventos ao planejamento inicial (eventos alinhados com a estratégia desta Corte ou resultantes de formação de novas unidades, como, por exemplo, gabinetes, NURER). Ao final desse exercício, foram executados 205 cursos diferentes em relação ao total de 201 eventos. É importante frisar que o planejamento inicial contemplava 190 eventos.</p>
Ano	Resultado	Meta														
Ano 2010	54,0%	80%														
Ano 2011	84,0%	80%														
Ano 2012	108,3%	80%														
Ano 2013	102,0%	80%														

Resultado	Análise												
<p style="text-align: center;">DECISÕES TERMINATIVAS DE PROCESSOS POR MINISTRO</p> <table border="1"> <caption>DECISÕES TERMINATIVAS DE PROCESSOS POR MINISTRO</caption> <thead> <tr> <th>Trimestre</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º Tri/14</td> <td>2390,5</td> </tr> <tr> <td>2º Tri/14</td> <td>2773,1</td> </tr> <tr> <td>3º Tri/14</td> <td>2661,5</td> </tr> <tr> <td>4º Tri/14</td> <td>0,0</td> </tr> <tr> <td>Meta</td> <td>2643,2</td> </tr> </tbody> </table>	Trimestre	Valor	1º Tri/14	2390,5	2º Tri/14	2773,1	3º Tri/14	2661,5	4º Tri/14	0,0	Meta	2643,2	<p>9.1 Decisões terminativas de processos por ministro (Processo STJ 03525/2011)</p> <p>Meta: Aumentar para 10.573 (15%) a produtividade do magistrado, até dez/2014.</p> <p>Comentário: O indicador que não havia evoluído bem no primeiro trimestre, apresentou resultados acima da meta trimestral de 2643 julgados tanto no segundo quanto no terceiro trimestres. Observa-se que a tendência é de cumprimento da meta em dezembro de 2014.</p> <p>Vale ressaltar que os meses de janeiro e julho são atípicos, tendo em vista o período de férias coletivas dos ministros, conforme Art. 81 do regimento interno do STJ. Assim, o número de processos que apresentam decisões terminativas é reduzido.</p> <p>Os resultados são levados mensalmente ao conhecimento dos gabinetes dos ministros.</p>
Trimestre	Valor												
1º Tri/14	2390,5												
2º Tri/14	2773,1												
3º Tri/14	2661,5												
4º Tri/14	0,0												
Meta	2643,2												
<p style="text-align: center;">PARCERIAS ESTRATÉGICAS</p> <table border="1"> <caption>PARCERIAS ESTRATÉGICAS</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ano 2010</td> <td>9</td> </tr> <tr> <td>Ano 2011</td> <td>9</td> </tr> <tr> <td>Ano 2012</td> <td>Não mensurado</td> </tr> <tr> <td>Ano 2013</td> <td>98</td> </tr> <tr> <td>Meta</td> <td>10</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Valor	Ano 2010	9	Ano 2011	9	Ano 2012	Não mensurado	Ano 2013	98	Meta	10	<p>10.1 Parcerias estratégicas (Processo STJ 03524/2011) - Relativo à última medição – Dezembro de 2013</p> <p>Meta: Dobrar o número de parcerias estratégicas celebradas, até dez/2014.</p> <p>Comentário: O indicador sofreu alterações em seu modo de mensuração em 2012, conforme 8ª Reunião de Análise Estratégica (RAE), quando passou a existir a elaboração e aprovação de lista de parcerias estratégicas propostas pelos gestores e ao final do exercício seria contabilizado número de parcerias firmadas pelo Tribunal. Vale ressaltar que tais parcerias deveriam estar ligadas a um projeto estratégico constante no Plano STJ 2010-2014. Considerando que não ocorreu a aprovação da lista, não houve a possibilidade de mensuração.</p> <p>Já em 2013, o indicador novamente sofreu alterações em sua maneira de mensuração, conforme 11ª RAE, quando o resultado passou a ser o somatório das parcerias por acordo de cooperação, termo de compromisso, convênio ou outro instrumento congêneres. É importante esclarecer que essas parcerias devem contribuir diretamente para o cumprimento da estratégia desta Corte, ou seja, devem estar ligadas a algum objetivo estratégico. Portanto, em 2013, a meta de 10 parcerias foi facilmente superada, visto que o resultado apurado foi de 98.</p>
Ano	Valor												
Ano 2010	9												
Ano 2011	9												
Ano 2012	Não mensurado												
Ano 2013	98												
Meta	10												

Resultado	Análise															
<p style="text-align: center;">REDUÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL</p>  <table border="1"> <caption>REDUÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL</caption> <thead> <tr> <th>Período</th> <th>Resultado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º Sem/14</td> <td>76,2%</td> <td>25%</td> </tr> <tr> <td>2º Sem/14</td> <td>0,0%</td> <td>25%</td> </tr> </tbody> </table>	Período	Resultado	Meta	1º Sem/14	76,2%	25%	2º Sem/14	0,0%	25%	<p>12.1 Redução do impacto ambiental (Processo STJ 03521/2011) - Relativo à última medição – 1º semestre de 2014</p> <p>Meta: Reduzir em 25% o impacto ambiental causado pelo STJ, até dez/2014.</p> <p>Comentário: No primeiro semestre de 2014, a meta de reduzir em 25% o impacto ambiental foi superada. Nesse período ocorreu redução de água, energia e papel, comparando-se ao mesmo período de 2013. Ressalta-se que, para a redução no consumo de energia e de água, os técnicos do STJ estão constantemente realizando estudos e providenciando os ajustes necessários para o bom funcionamento dos sistemas de iluminação, ar condicionado, água e esgoto.</p> <p>Conforme já mencionado em outras oportunidades, desde 2009, o Tribunal vem envidando esforços no sentido de promover uma utilização mais racional dos recursos naturais: ações de educação ambiental, mudança de procedimentos de limpeza e conservação, substituição de equipamentos por outros mais eficientes (lâmpadas fluorescentes, torneiras hidromecânicas), manutenção de equipamentos. A redução no consumo de papel é resultado da implementação do processo eletrônico, das ações de educação ambiental que são realizadas permanentemente e, em particular, a realização de campanhas de Consumo Consciente e Gestão mais Racional.</p>						
Período	Resultado	Meta														
1º Sem/14	76,2%	25%														
2º Sem/14	0,0%	25%														
<p style="text-align: center;">PESSOAS BENEFICIADAS PELAS AÇÕES DE CIDADANIA</p>  <table border="1"> <caption>PESSOAS BENEFICIADAS PELAS AÇÕES DE CIDADANIA</caption> <thead> <tr> <th>Trimestre</th> <th>Resultado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º Tri/14</td> <td>3.276</td> <td>3.750</td> </tr> <tr> <td>2º Tri/14</td> <td>5.091</td> <td>3.750</td> </tr> <tr> <td>3º Tri/14</td> <td>5.036</td> <td>3.750</td> </tr> <tr> <td>4º Tri/14</td> <td>0</td> <td>3.750</td> </tr> </tbody> </table>	Trimestre	Resultado	Meta	1º Tri/14	3.276	3.750	2º Tri/14	5.091	3.750	3º Tri/14	5.036	3.750	4º Tri/14	0	3.750	<p>13.1 Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania (Processo STJ 03520/2011)</p> <p>Meta: Beneficiar, no mínimo 15.000 pessoas, ao ano, pelas ações de cidadania do STJ.</p> <p>Comentário: O total de público atendido em ações de cidadania, no terceiro trimestre, consolidou um patamar bastante satisfatório rumo ao atingimento da meta prevista, de atender, no mínimo, 15.000 pessoas em ações de cidadania no exercício. Foram mantidas as estratégias implementadas no primeiro semestre, principalmente para atendimento durante o mês de agosto, período em que se recebeu um público maior.</p> <p>Para o último trimestre, projeta-se um cenário de intensas atividades, porém com alto risco de cancelamento de visitas marcadas, em virtude da aproximação do final do exercício. Foram desenvolvidas estratégias para atenuar cancelamentos às vésperas das visitas, circunstância em que não há possibilidade de substituição do grupo agendado. Some-se ainda a situação de intensas atividades de bastidores a serem realizadas como relatórios de final do exercício bem como preparativos para o calendário de visitas relativo ao próximo ano.</p> <p>Destaca-se ainda, as ações de responsabilidade social (programa Coleta Seletiva), cujo objetivo não é só encaminhar os resíduos recicláveis para as cooperativas de catadores, mas dar meios de desenvolver condições nesta camada da população para promover a inclusão social, formação da cidadania e capacitação, suficientes para que tenham condições de satisfazer mais do que somente as suas necessidades básicas.</p>
Trimestre	Resultado	Meta														
1º Tri/14	3.276	3.750														
2º Tri/14	5.091	3.750														
3º Tri/14	5.036	3.750														
4º Tri/14	0	3.750														

INDICADORES EM SITUAÇÃO ACEITÁVEL

Resultado	Análise															
<p style="text-align: center;">PROCESSOS ANTIGOS COM PRIMEIRA DECISÃO</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Trimestre</th> <th>Resultado (%)</th> <th>Meta (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º Tri/14</td> <td>97,49%</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td>2º Tri/14</td> <td>97,71%</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td>3º Tri/14</td> <td>97,84%</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td>4º Tri/14</td> <td>0,00%</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table>	Trimestre	Resultado (%)	Meta (%)	1º Tri/14	97,49%	100%	2º Tri/14	97,71%	100%	3º Tri/14	97,84%	100%	4º Tri/14	0,00%	100%	<p>8.3 Processos antigos com primeira decisão (Processo STJ 03531/2011)</p> <p>Meta: Julgar, até 31 de dezembro do ano corrente, 100% dos processos distribuídos no quinto ano anterior ao corrente.</p> <p>Comentário: Com um resultado de 97,84% apurado no terceiro trimestre, o desempenho do indicador apresentou uma pequena evolução (0,13%) se comparado ao resultado alcançado no segundo trimestre. Entretanto, manteve-se abaixo da meta estipulada para o ano de 2014.</p> <p>Por meio da Portaria STJ n. 649 de 12 de novembro de 2014, foi criada uma comissão temporária de ministros para gerir as Metas Nacionais do Poder do Judiciário no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, demonstrando que a Alta Administração reconheceu a necessidade de se dar atenção prioritária ao tema.</p>
Trimestre	Resultado (%)	Meta (%)														
1º Tri/14	97,49%	100%														
2º Tri/14	97,71%	100%														
3º Tri/14	97,84%	100%														
4º Tri/14	0,00%	100%														
<p style="text-align: center;">ATENDIMENTO A DEMANDA</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Período</th> <th>Resultado (%)</th> <th>Meta (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º Tri/14</td> <td>99,61%</td> <td>>100%</td> </tr> <tr> <td>2º Tri/14</td> <td>106,40%</td> <td>>100%</td> </tr> <tr> <td>3º Tri/14</td> <td>79,84%</td> <td>>100%</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>93,70%</td> <td>>100%</td> </tr> </tbody> </table>	Período	Resultado (%)	Meta (%)	1º Tri/14	99,61%	>100%	2º Tri/14	106,40%	>100%	3º Tri/14	79,84%	>100%	Total	93,70%	>100%	<p>9.2 Atendimento à demanda (Processo STJ 03528/2011)</p> <p>Meta: Julgar quantidade maior de processos recursais e ações de conhecimento do que os distribuídos no ano.</p> <p>Comentário: O resultado apresentado no terceiro trimestre foi o pior do ano se comparado aos dois trimestres anteriores. Vale ressaltar que essa queda também foi observada em anos anteriores, havendo uma tendência de crescimento no quarto trimestre.</p> <p>Apesar do excelente valor do mês de agosto (138,8%), não foi suficiente para o atingimento da meta (100%) e o resultado apurado no trimestre ficou em 79,8%.</p> <p>Por meio da Portaria STJ n. 649 de 12 de novembro de 2014, foi criada uma comissão temporária de ministros para gerir as Metas Nacionais do Poder do Judiciário no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, demonstrando que a Alta Administração reconheceu a necessidade de se dar atenção prioritária ao tema.</p>
Período	Resultado (%)	Meta (%)														
1º Tri/14	99,61%	>100%														
2º Tri/14	106,40%	>100%														
3º Tri/14	79,84%	>100%														
Total	93,70%	>100%														



14.1 Satisfação do cliente (Processo STJ 03519/2011)

Meta: Obter, anualmente, 80% de satisfação do cliente.

Comentário: Observa-se que o indicador encontra-se em situação aceitável com o resultado de 78,2% de satisfação dos usuários externos.

Vale ressaltar que em fevereiro, março, maio e agosto a meta de 80% foi superada, mostrando uma oscilação próxima da meta.

As reclamações recebidas são tratadas pela Ouvidoria do STJ, em parceria com as unidades responsáveis pelo serviço avaliado.

A revisão da Pesquisa de Satisfação deverá ser um projeto para o sexênio 2015-2020 e está em andamento sua elaboração sob coordenação da Ouvidoria com apoio do Escritório Corporativo de Projetos e em conjunto com todas as unidades responsáveis pela prestação dos serviços avaliados no sítio eletrônico do STJ.



INDICADORES EM SITUAÇÃO CRÍTICA

Resultado	Análise														
<p style="text-align: center;">EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</p> <table border="1"> <caption>EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</caption> <thead> <tr> <th>Trimestre</th> <th>Execução (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º Tri/14</td> <td>18,3%</td> </tr> <tr> <td>2º Tri/14</td> <td>41,5%</td> </tr> <tr> <td>3º Tri/14</td> <td>65,4%</td> </tr> <tr> <td>4º Tri/14</td> <td>0,0%</td> </tr> <tr> <td>Meta</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table>	Trimestre	Execução (%)	1º Tri/14	18,3%	2º Tri/14	41,5%	3º Tri/14	65,4%	4º Tri/14	0,0%	Meta	100%	<p>1.2 Execução orçamentária (Processo STJ 03547/2011)</p> <p>Meta: Alcançar 100% de execução orçamentária, anualmente, até dez/2014.</p> <p>Comentário: A evolução da execução do orçamento no terceiro trimestre mostrou crescimento regular, quando comparada aos dois primeiros trimestres de 2014. Salienta-se que a construção do Bloco Anexo de apoio II (Grupo 4), com dotação de R\$ 3.441.340,00 (três milhões e quatrocentos e quarenta e um mil e trezentos e quarenta reais); e a Comunicação e Divulgação Institucional (Grupo 4), com dotação de R\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais) não apresentaram nenhuma execução, até o final do terceiro trimestre.</p> <p>Outro ponto de destaque é a execução de apenas 42,5% do orçamento destinado à Assistência Médica e Odontológica aos Servidores civis, Empregados e Militares. A unidade responsável por essa ação, o PRÓ-SER, reconhece a atipicidade do perfil da execução da ação nesse exercício, com acentuada variação negativa. Contudo, informou que ainda não dispõe de elementos que permitam evidenciar os motivos dessa variação.</p>		
Trimestre	Execução (%)														
1º Tri/14	18,3%														
2º Tri/14	41,5%														
3º Tri/14	65,4%														
4º Tri/14	0,0%														
Meta	100%														
<p style="text-align: center;">CONDIÇÕES DE TRABALHO</p> <table border="1"> <caption>CONDIÇÕES DE TRABALHO</caption> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Condições (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ano 2010</td> <td>41,00%</td> </tr> <tr> <td>Ano 2011</td> <td>Não mensurado</td> </tr> <tr> <td>Ano 2012</td> <td>Não mensurado</td> </tr> <tr> <td>Ano 2013</td> <td>Não mensurado</td> </tr> <tr> <td>Ano 2014</td> <td>72,73%</td> </tr> <tr> <td>Meta</td> <td>90%</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	Condições (%)	Ano 2010	41,00%	Ano 2011	Não mensurado	Ano 2012	Não mensurado	Ano 2013	Não mensurado	Ano 2014	72,73%	Meta	90%	<p>2.2 Condições de trabalho (Processo STJ 03545/2011) - Relativo à última medição – 1º semestre de 2014</p> <p>Meta: Atender 90% dos itens da Norma Regulamentadora 17 do MTE sobre condições de trabalho ideais, aplicáveis ao STJ, até dez/2014.</p> <p>Comentário: Apesar de se tratar de indicador de periodicidade anual, decidiu-se por sua mensuração, considerando que a pesquisa sobre as condições ergonômicas de trabalho no STJ, realizada pela UnB, somente foi finalizada no primeiro semestre de 2014. Além disso, desde 2011 não há medição.</p> <p>Até o momento, o Tribunal atende 72,73% dos itens da Norma Regulamentadora 17 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Estudos realizados em 2012 e 2013, por meio de acordo de cooperação com a UNB, identificaram que a forma de mensuração atual, levando em consideração a NR 17, é extensa e de pouca aplicabilidade prática dado ao perfil dinâmico da atividade avaliada, a ergonomia. Assim, sugere-se uma reavaliação do indicador com intuito de melhor adequá-lo ao seu propósito.</p>
Ano	Condições (%)														
Ano 2010	41,00%														
Ano 2011	Não mensurado														
Ano 2012	Não mensurado														
Ano 2013	Não mensurado														
Ano 2014	72,73%														
Meta	90%														

Resultado	Análise									
<p style="text-align: center;">SERVIDOR TREINADO</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Semestre</th> <th>Resultado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º Sem/14</td> <td>21,2%</td> <td>60%</td> </tr> <tr> <td>2º Sem/14</td> <td>0,0%</td> <td>60%</td> </tr> </tbody> </table>	Semestre	Resultado	Meta	1º Sem/14	21,2%	60%	2º Sem/14	0,0%	60%	<p>5.3 Servidor treinado (Processo STJ 03539/2011) - Relativo à última medição – 1º semestre de 2014</p> <p>Meta: Obter 60% de servidores treinados com mais de 16 horas-aula, até dez/2014.</p> <p>Comentário: O indicador encontra-se em situação crítica. A meta de “60% de servidores ativos que participaram em pelo menos 16 horas-aula de capacitação em 2014” mostra-se desafiadora, visto que a participação de servidores em eventos do STJ está aquém do esperado, quando apenas 20 das 60 unidades operacionais atingiram o índice de 55% de servidores treinados.</p> <p>Em grande parte, espera-se alguma mudança de médio prazo, pois está ocorrendo uma alteração de levantamento de necessidades de capacitação, mudando do sistema PAC para o projeto de trilhas individuais via projeto Aprimore. Assim, espera-se um impacto significativo na atitude dos servidores e de suas chefias em termos de incentivo à participação em eventos.</p>
Semestre	Resultado	Meta								
1º Sem/14	21,2%	60%								
2º Sem/14	0,0%	60%								
<p style="text-align: center;">AGILIDADE NA TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS DE AQUISIÇÃO</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Semestre</th> <th>Resultado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º Sem/14</td> <td>33,1%</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td>2º Sem/14</td> <td>0,0%</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table>	Semestre	Resultado	Meta	1º Sem/14	33,1%	100%	2º Sem/14	0,0%	100%	<p>7.3 Agilidade na tramitação de processos de aquisição de bens e serviços (Processo STJ 03534/2011) - Relativo à última medição – 1º semestre de 2014</p> <p>Meta: Finalizar 100% dos processos de aquisição de bens e serviços no prazo padrão, até dez/2014.</p> <p>Comentário: Apenas 33,1% dos 50% da meta estabelecida para julho de 2014 foram alcançados.</p> <p>Verifica-se que, mais uma vez, os prazos limites definidos demonstram-se exíguos para cumprimento da meta. Além disso, a depender da modalidade de licitação, o índice de agilidade apresenta notável discrepância, demonstrando a necessidade da revisão das metas anuais.</p> <p>Para tratar desse assunto, existe o projeto estratégico “Gestão de compras e contratação” que será revisto no quarto trimestre pela atual gestão da Secretaria de Administração – SAD. Após, decidir-se-á os próximos passos do projeto e, conseqüentemente, do indicador.</p>
Semestre	Resultado	Meta								
1º Sem/14	33,1%	100%								
2º Sem/14	0,0%	100%								

Resultado	Análise															
<p style="text-align: center;">CONGESTIONAMENTO</p> <table border="1"> <caption>CONGESTIONAMENTO</caption> <thead> <tr> <th>Semestre</th> <th>Resultado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º Sem/14</td> <td>70,8%</td> <td>Meta < 40%</td> </tr> <tr> <td>2º Sem/14</td> <td>0,0%</td> <td>Meta < 40%</td> </tr> </tbody> </table>	Semestre	Resultado	Meta	1º Sem/14	70,8%	Meta < 40%	2º Sem/14	0,0%	Meta < 40%	<p>8.1 Congestionamento (Processo STJ 03529/2011) - Relativo à última medição – 1º semestre de 2014</p> <p>Meta: Reduzir para 40% a taxa de congestionamento, até dez/2014.</p> <p>Comentário: O indicador que almeja “reduzir para 40% a taxa de congestionamento, até dez/2014” não apresentou um bom desempenho no primeiro semestre, demonstrando que a meta para 2014 apresenta-se superestimada.</p> <p>Para dar maior foco a esse indicador, sua mensuração foi proposta como meta específica para o STJ em 2015 no escopo do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário.</p> <p>Por meio da Portaria STJ n. 649 de 12 de novembro de 2014, foi criada uma comissão temporária de ministros para gerir as Metas Nacionais do Poder do Judiciário no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, demonstrando que a Alta Administração reconheceu a necessidade de se dar atenção prioritária ao tema.</p>						
Semestre	Resultado	Meta														
1º Sem/14	70,8%	Meta < 40%														
2º Sem/14	0,0%	Meta < 40%														
<p style="text-align: center;">AGILIDADE NO JULGAMENTO</p> <table border="1"> <caption>AGILIDADE NO JULGAMENTO</caption> <thead> <tr> <th>Trimestre</th> <th>Resultado</th> <th>Meta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º Tri/14</td> <td>70,2%</td> <td>Meta 80%</td> </tr> <tr> <td>2º Tri/14</td> <td>71,8%</td> <td>Meta 80%</td> </tr> <tr> <td>3º Tri/14</td> <td>68,0%</td> <td>Meta 80%</td> </tr> <tr> <td>4º Tri/14</td> <td>0,0%</td> <td>Meta 80%</td> </tr> </tbody> </table>	Trimestre	Resultado	Meta	1º Tri/14	70,2%	Meta 80%	2º Tri/14	71,8%	Meta 80%	3º Tri/14	68,0%	Meta 80%	4º Tri/14	0,0%	Meta 80%	<p>8.2 Agilidade no julgamento (Processo STJ 03530/2011)</p> <p>Meta: Aumentar para 80% o percentual de processos baixados em até um ano, até dez/2014.</p> <p>Comentário: Seguindo a mesma tendência do 1º e do 2º trimestre de 2014 o indicador manteve-se abaixo da meta do ano que é “aumentar para 80% o percentual de processos baixados em até um ano”. A pequena evolução apresentada no 2º trimestre não se manteve e apresentou no 3º trimestre o pior índice do ano (68%). Pelos resultados apresentados até o momento, é possível inferir que a meta não será atingida.</p> <p>Para dar foco nesse indicador, sua mensuração foi proposta como meta específica para o STJ em 2015 no escopo do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário.</p> <p>Por meio da Portaria STJ n. 649 de 12 de novembro de 2014, foi criada uma comissão temporária de ministros para gerir as Metas Nacionais do Poder do Judiciário no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, demonstrando que a Alta Administração reconheceu a necessidade de se dar atenção prioritária ao tema.</p>
Trimestre	Resultado	Meta														
1º Tri/14	70,2%	Meta 80%														
2º Tri/14	71,8%	Meta 80%														
3º Tri/14	68,0%	Meta 80%														
4º Tri/14	0,0%	Meta 80%														

Resultado	Análise															
<p style="text-align: center;">AGILIDADE NA PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS</p> <table border="1"> <caption>AGILIDADE NA PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS</caption> <thead> <tr> <th>Trimestre</th> <th>Resultado (%)</th> <th>Meta (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º Tri/14</td> <td>71,2%</td> <td>90%</td> </tr> <tr> <td>2º Tri/14</td> <td>79,1%</td> <td>90%</td> </tr> <tr> <td>3º Tri/14</td> <td>78,1%</td> <td>90%</td> </tr> <tr> <td>4º Tri/14</td> <td>0,0%</td> <td>90%</td> </tr> </tbody> </table>	Trimestre	Resultado (%)	Meta (%)	1º Tri/14	71,2%	90%	2º Tri/14	79,1%	90%	3º Tri/14	78,1%	90%	4º Tri/14	0,0%	90%	<p>8.4 Agilidade na publicação de acórdãos (Processo STJ 08277/2012)</p> <p>Meta: Publicar 90% dos acórdãos no prazo, até dez/2014.</p> <p>Comentário: No terceiro trimestre o valor apurado foi de 78,1% bem abaixo do estipulado para a meta de 2014 que é “publicar 90% dos acórdãos no prazo”. Mesmo o índice tendo chegado a 81,2% em agosto, melhor do ano, no mês de setembro o desempenho de 73,6% trouxe o resultado alcançado para patamares ainda mais baixos que do trimestre anterior. Para o ano de 2014 a meta demonstra-se superestimada.</p>
Trimestre	Resultado (%)	Meta (%)														
1º Tri/14	71,2%	90%														
2º Tri/14	79,1%	90%														
3º Tri/14	78,1%	90%														
4º Tri/14	0,0%	90%														
<p style="text-align: center;">PROCESSOS ELETRÔNICOS</p> <table border="1"> <caption>PROCESSOS ELETRÔNICOS</caption> <thead> <tr> <th>Trimestre</th> <th>Resultado (%)</th> <th>Meta (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1º Tri/14</td> <td>63%</td> <td>85%</td> </tr> <tr> <td>2º Tri/14</td> <td>62%</td> <td>85%</td> </tr> <tr> <td>3º Tri/14</td> <td>64%</td> <td>85%</td> </tr> <tr> <td>4º Tri/14</td> <td>0%</td> <td>85%</td> </tr> </tbody> </table>	Trimestre	Resultado (%)	Meta (%)	1º Tri/14	63%	85%	2º Tri/14	62%	85%	3º Tri/14	64%	85%	4º Tri/14	0%	85%	<p>10.3 Processos Eletrônicos (Processo STJ 08278/2012)</p> <p>Meta: Aumentar para 85% o percentual de processos que ingressam eletronicamente, até dez/2014.</p> <p>Comentário: Desde a implantação deste indicador no atual Plano Estratégico, as metas não estão sendo atingidas, sendo que houve um salto entre 2011 e 2012 de 45% para 70% e uma posterior acomodação do resultado. Adicionalmente, houve queda do valor entre o mais recente trimestre e o terceiro trimestre de 2013, caindo de 68% para 64%. Em parte, esse valor se explica, após trabalho de análise conjunta da STI, SJD e CGIN/AMG, pelo fato de que alguns processos recebidos em meio físico pelo STJ e digitalizados aqui estavam sendo contabilizados como recebidos eletronicamente. Entende-se que houve um pique inicial nesta métrica pelos acordos feitos com as maiores cortes de instâncias inferiores e que as outras cooperações estão ocorrendo em ritmo bem mais gradativo do que o esperado. Não obstante, o caminho para uma total “digitalização” dos trâmites dos processos é inexorável e cabe ao STJ continuar dando exemplo e apoio aos tribunais com os quais interage.</p> <p>Nota explicativa: Por inconsistências no Sistema Justiça, agora sanadas, este indicador voltou a ser registrado neste 3º trimestre, mas com inclusão de dados retroativos aos primeiros dois trimestres.</p>
Trimestre	Resultado (%)	Meta (%)														
1º Tri/14	63%	85%														
2º Tri/14	62%	85%														
3º Tri/14	64%	85%														
4º Tri/14	0%	85%														

INDICADORES EM SITUAÇÃO NÃO MENSURADA

Indicador	Comentário
1.1 Execução do orçamento estratégico (Processo STJ 03546/2011)	Periodicidade Semestral.
4.1 Satisfação do servidor/Clima Organizacional (Processo STJ 03540/2011)	Periodicidade Bianual.
11.1 Inserções institucionais na mídia (Processo STJ 03522/2011)	Periodicidade Anual.
11.2 Matérias institucionais positivas (Processo STJ 03523/2011)	Periodicidade Anual.

3. PROJETOS ESTRATÉGICOS

Nome do projeto	Início	Término	% Concluído	Farol do Tempo Projeto	Situação do Projeto	Unidade Gestora	Processo Administrativo
☑ Tipo de Projeto - STJ: Estratégico	4/5/2009	30/12/2015					
Agilis	1/7/2011	7/11/2014	99%	☹	Em Andamento	SED	STJ 05667/2011
Alinhamento da Comunicação Institucional	15/7/2011	2/10/2014	86%	☹	Em Andamento	SCO	STJ 07749/2011
Aprimore STJ	13/5/2013	15/9/2014	47%	☹	Em Andamento	SGP	STJ 05968/2011
Gestão de Compras e Contratação	1/10/2013	3/12/2015	15%	☹	Em Andamento	SAD	STJ 05782/2011
Integra	31/12/2013	30/12/2015	14%	😊	Em Andamento	SGP	STJ 06706/2014
MNI - Modelo Nacional de Interoperabilidade	22/7/2013	26/1/2015	33%	☹	Em Andamento	GSP	STJ 06339/2013
Recursos Repetitivos	5/8/2011	14/10/2014	92%	☹	Em Andamento	NURER	STJ 06040/2011
Relatório de conformidade	26/10/2012	23/7/2014	93%	☹	Em Andamento	SOJ	STJ 00367/2013
Sistema de Aferição de Custos	20/3/2014	21/8/2014	18%	☹	Em Andamento	SOF	STJ 09371/2010
Alinhamento Estratégico	1/2/2011	2/10/2014	100%	✓	Concluído	AMG	STJ 05735/2011
Central de Atendimento	9/3/2012	25/9/2012	100%	✓	Concluído	SJD	STJ 11979/2011
Contratação da Solução Parametrizada para Gestão de Pessoas	1/10/2010	26/3/2014	100%	✓	Concluído	SGP	STJ 10393/2011
Espaço do Advogado	7/1/2013	9/8/2013	100%	✓	Concluído	SCO	STJ 06383/2013
Governança em TI	12/7/2010	1/9/2014	100%	✓	Concluído	STI	STJ 01516/2010
Identidade Visual	2/5/2011	30/5/2014	100%	✓	Concluído	SCO	STJ 05779/2011
Inclusão	18/7/2011	28/7/2014	100%	✓	Concluído	SIS	STJ 05737/2011
Jurisprudência	8/9/2009	3/6/2013	100%	✓	Concluído	SJR	STJ 05786/2011
Jurisprudência Temática	1/6/2010	23/9/2011	100%	✓	Concluído	SJR	STJ 05783/2011
Modernização dos Serviços Administrativos	4/5/2009	13/4/2012	100%	✓	Concluído	SAF	STJ 05958/2011
Peticionamento Eletrônico	10/1/2013	30/4/2014	100%	✓	Concluído	SJD	STJ 06382/2013
Política de Sustentabilidade	1/9/2011	7/11/2014	95%	✓	Concluído	GDG	STJ 05784/2011
Ponto Biométrico	1/10/2010	26/5/2011	100%	✓	Concluído	STI; SAF; SGP	STJ 10394/2011
Resumo Indicativo -Thesaurus	1/3/2011	3/8/2012	100%	✓	Concluído	SJD	STJ 11978/2011
Impedimentos	14/3/2012	29/11/2012	10%	—	Cancelado	SJD	STJ 12013/2011
Prazos Prescricionais	24/8/2011	6/12/2011	7%	—	Cancelado	SJD; SOJ	STJ 02911/2011
STJ na Era Virtual - Obs - Desmembrado nos projetos Espaço	3/11/2011	11/4/2014	36%	—	Cancelado	STI; SJD; SOJ	STJ 06140/2011
UNIJUS - Universidade Corporativa do STJ	21/6/2011	21/6/2011	0%	—	Cancelado	SGP	STJ 05790/2011

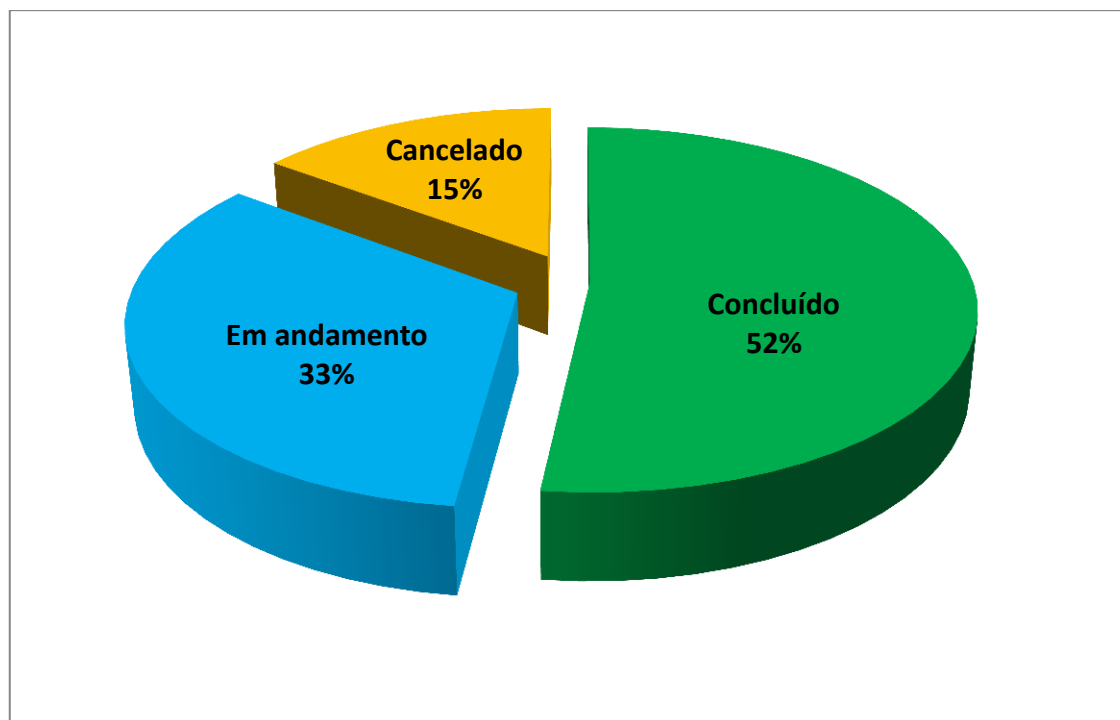
Legenda: ✓ Projeto concluído 😊 Projeto está no prazo ☹ Projeto requer atenção ☹ Projeto está atrasado — Não se aplica.

Fonte: Project Web Access 2010, disponível em: <http://projeto/pwa/projects.aspx>

Quadro Resumo

Situação	Quantidade	Percentual
Concluído	14	52%
Em andamento	9	33%
Cancelado	4	15%
Total	27	100%

Situação dos Projetos – 3º trimestre de 2014



PROJETOS EM ANDAMENTO

PROJETO	PROCESSO	UNIDADE GESTORA	ENTREGAS DO PERÍODO	COMENTÁRIOS
1. AGILIS - Programa de Gestão Documental – 2ª. Etapa	STJ 5667/2011	SED	Não há.	A direção-geral determinou o retorno dos autos à SED para reavaliar o processo e não havendo como dar continuidade à contratação, buscar alternativas junto à administração de outros órgãos que desenvolveram soluções internas.
2. Alinhamento da Comunicação Institucional	STJ 7749/2011	SCO	Não há.	Houve alteração dos gestores do projeto, conforme Portaria GDG n. 818 de 30 de setembro de 2014. Houve deliberação do Secretário-Geral da Presidência em conjunto com o Secretário de Comunicação Social para arquivamento dos processos 5515/2012, 55/2014 e 7801/2014. A Política de Comunicação Social do STJ será definida por Comissão de Ministros a ser constituída.
3. Aprimore STJ	STJ 5968/2011	SGP	<ul style="list-style-type: none"> • Oficina 5 - Treinamento para <i>feedback</i> • Oficina 6 – Calibragem do Modelo • Execução do primeiro ciclo de avaliação: (Aplicação da avaliação, Identificação dos <i>gaps</i>, Emissão de relatórios eletrônicos para <i>feedback</i>) 	Foi realizada, neste período, 1 oficina presencial, do total de 6 previstas. Após a finalização da análise de dados provenientes das avaliações realizadas no I Ciclo Avaliativo, foram enviadas as planilhas para o preenchimento do Plano de Desenvolvimento Individual - PDI, para todos os gestores que participaram do ciclo. Ao todo foram encaminhadas 99 respostas, que serão analisadas e enviadas para as unidades responsáveis pelo desenvolvimento das ações de capacitação. O Projeto EAD está em atraso por ser posterior à análise e calibragem do modelo adotado pelo STJ.
4. Gestão de Compras e Contratação	STJ 5782/2011	SAD	Não há.	Consta do processo STJ n. 03479/2013, que trata da contratação direta da Editora Fórum Ltda., para prestação dos serviços visando à elaboração do Manual de Gestão do Ciclo de Compras e Contratações do STJ, que embora estivessem os autos instruídos para celebração do novo ajuste contratual, houve deliberação do então Diretor-Geral desta Corte, em 20/08/2014, para sobrestar o processo de contratação em razão da necessidade de apreciação pela nova gestão desta Corte quanto à sua conveniência e a oportunidade.

PROJETO	PROCESSO	UNIDADE GESTORA	ENTREGAS DO PERÍODO	COMENTÁRIOS
5. Integra	STJ 6706/2014	SGP	<ul style="list-style-type: none"> • Termo de Recebimento Provisório da Etapa de Instalação • Avaliação da Etapa de Instalação • Relatório de ocorrências – Execução da Instalação v0.4 (até 11/07) • Termo de Recebimento Definitivo da Etapa de Instalação • Transferência de conhecimentos com foco em processos de trabalho (AS IS e TO BE) • Levantamento da situação atual (AS IS) • Levantamento da situação atual (AS IS) • Relatório de ocorrências – Business Blueprint v0.5 (até 30/07) • Relatório de ocorrências – Business Blueprint v0.6 (até 30/08) • Relatório de ocorrências – Business Blueprint v.07 (até 30/09) • Impactos organizacionais – Piloto 	Projeto segue em andamento, com operacionalização das etapas da fase 2.2 - processos de trabalho.
6. MNI - Modelo Nacional de Interoperabilidade	STJ 6339/2013	GSP	Não há.	<p>Após a mudança da Presidência do STJ, houve alteração dos gestores do projeto designados pela Portaria GDG N. 915/2014. A SJD passou a ser a nova unidade gestora. Foi incluída a participação do servidor Marcelo Ornellas Marchiori, lotado no NURER, como gestor substituto. O representante do STJ junto ao comitê técnico gestor do MNI (Portaria CNJ Nº 100/2013) é o Dr. Carl Olav Smith.</p> <p>O projeto foi suspenso em 28/08/2014, próximo à mudança de presidência do STJ e foi retomado na nova gestão em 22/09/2014.</p>

PROJETO	PROCESSO	UNIDADE GESTORA	ENTREGAS DO PERÍODO	COMENTÁRIOS
7. Recursos Repetitivos		NURER	• Instituição e Estruturação do NURER – Foram criadas na estrutura do STJ as Coordenadorias de Processamento e de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos.	Houve publicação dos seguintes normativos: a) Portaria STJ 489/2014 – Cria comissão temporária de Ministros para desenvolver trabalho de inteligência, em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais Regionais Federais e os Tribunais de Justiça, a fim de estimular a afetação de recursos especiais como representativos das principais teses repetitivas; b) Portaria GDG n. 757/2014 – designa novos gestores do projeto; c) Portaria STJ N. 597/2014 – designa o novo moderador e respectivo substituto do fórum virtual permanente de recursos repetitivos.
8. Relatório de Conformidade	STJ 0367/2013	SOJ	Não há.	Conforme consta do processo STJ n. 367/2013, o Diretor-Geral da gestão 2012-2014 solicitou à STI que apresente o cronograma global de atendimento à demanda referente ao relatório de conformidade e aos demais projetos.
9. Sistema de Aferição de Custos	STJ 9371/2010	SOF	Criação da unidade Seção de Apuração e Análise de Custos na Secretária de Orçamento e Finanças.	Houve alteração dos gestores do projeto, conforme Portaria GDG n. 774/2014.

PROJETOS CONCLUÍDOS

PROJETO	PROCESSO	UNIDADE GESTORA	RESULTADOS ALCANÇADOS
1. Alinhamento Estratégico	STJ 5735/2011	AMG	<p>Foi realizado o desdobramento da estratégia em quatro unidades: AMG, SJD, SJR e SCO. Para cada unidade alinhada, foram realizados cursos de capacitação (EAD e Presencial) acerca da metodologia BSC e indicadores. A seguir, foram produzidos os painéis de contribuição, planos de ação e planos de comunicação. Finalmente, foram produzidos os relatórios de desempenho setoriais e adotada a sistemática de reunião de análise tática trimestral, para discussão dos indicadores e ações da unidade.</p> <p>Em 2014 ocorreram três treinamentos, todos à distância: duas turmas de BSC e uma turma de indicadores. Ao total foram treinados 70 servidores. Isso contribuiu para o aumento do número de servidores capacitados em competências estratégicas.</p> <p>Os exercícios propostos nos fóruns de discussão dessas capacitações incentivavam a discussão acerca dos objetivos propostos para o projeto Alinhamento Estratégico: apresentar ao servidor sua contribuição para atingir a estratégia.</p>
2. Central de Atendimento	STJ 11979/2011	SJD	<p>A Central de Atendimento ao Cidadão – CAC atualmente reúne, em um só espaço, os serviços de protocolo de petições, informações processuais, apoio aos advogados, ouvidoria e assistência judiciária da Uniceub (Centro Universitário de Brasília), que são essenciais à prestação da tutela jurisdicional pelo STJ.</p> <p>Para os advogados, houve uma melhoria do atendimento (telefônico e por e-mail), com ampliação do número de atendentes (de quatro para dez pessoas, mais um servidor para gerenciar os atendimentos), espaço mais adequado e confortável, com a instalação da Sala dos Advogados, com acesso a computadores e <i>wi-fi</i> gratuito.</p> <p>Atualmente, a CAC vem absorvendo demandas de outras unidades, entre outras, a de pagamento de serviços administrativos que eram feitos no Caixa da Secretaria de Administração – SAD e hoje é feito por meio de emissão de GRU, conforme Portaria GDG n. 396/2014 e as orientações ao cidadão sobre sentenças estrangeiras que eram atendidas pela Corte Especial.</p>
3. Contratação da Solução Parametrizada para Gestão de Pessoas	STJ 5945/2011	SGP	<p>Após um processo licitatório complexo, o STJ adquiriu seu novo software para gestão de pessoas. A partir desta contratação foi criado um novo projeto estratégico, denominado “Integra”, que visa à implantação da solução adquirida.</p>
4. Espaço do Advogado	STJ 6383/2013	SCO	<p>Após a conclusão do projeto, o advogado passou a ter acesso em um ambiente virtual único as principais informações solicitadas por eles tais como: íntegra de acórdãos, plantão judiciário, precatórios, legislação aplicada, entre outras informações.</p>

PROJETO	PROCESSO	UNIDADE GESTORA	RESULTADOS ALCANÇADOS
5. Governança em TI	STJ 1516/2010	STI	Foram publicados normativos que institucionalizam a implantação de um modelo de governança na STI, tais como: - Portaria GDG n. 528/2014, foi instituída a metodologia de gerenciamento de ativos de serviço e configuração e do gerenciamento de mudanças da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do STJ. - Portaria GDG n. 540/2014, que divulga o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI) para o exercício de 2014. O PDTI define os projetos e as ações relacionadas aos objetivos estratégicos da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação para o ano de 2014. - Portaria GDG n. 577/2014 que instituiu a Metodologia de Elaboração e Monitoramento do Plano Estratégico e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do STJ.
6. Identidade Visual	STJ 5779/2011	SCO	A Portaria STJ nº 216/2014 aprovou o Manual de Identidade Visual do STJ, que, entre outras normatizações, prevê que o uso de outras marcas, por unidades e projetos, não poderá ser utilizado na Corte. Assinaturas e cabeçalhos de documentos, impressos ou virtuais, foram também adequados ao manual.
7. Inclusão	STJ 5737/2011	SIS	Com o projeto, foram implementadas ações que visam proporcionar acessibilidade às pessoas com deficiência, tais como: - sinalização nas escadas do prédio dos Plenários para pessoas com baixa visão; - aquisição de dois telefones adaptados para os colaboradores com baixa acuidade auditiva. Foi instituído por meio da Portaria STJ n. 118/2014 o Programa “Semear Inclusão”. Atualmente 11 colaboradores com Síndrome de Down são coordenados pela equipe do “Semear Inclusão”.
8. Jurisprudência	STJ 5786/2011	SJR	Atualmente, toda a jurisprudência do STJ está disponível em seu Portal. Para a compreensão dos termos jurídicos, há o Vocabulário Jurídico Controlado (Tesouro Jurídico). Outras facilidades são a seleção e a organização de sumulas e acórdãos que embasaram as decisões. Cada dispositivo legal apresenta os trechos dos julgados relativos ao tema, selecionados até a data especificada, com os <i>links</i> para toda a legislação pertinente. O projeto contribuiu para a melhoria na mensuração no indicador estratégico Satisfação do Cliente. Do segundo trimestre para o terceiro trimestre de 2014, houve um aumento da satisfação do usuário, de 77% para 80,66%.
9. Jurisprudência Temática	STJ 5783/2011	SJR	A Seção de Jurisprudência Temática foi criada, assim como metodologias de trabalho para a realização das atividades de Pesquisa Pronta, Legislação Aplicada e Súmulas Anotadas.

PROJETO	PROCESSO	UNIDADE GESTORA	RESULTADOS ALCANÇADOS
10. Modernização dos Serviços Administrativos	STJ 5958/2011	SAF	<p>O projeto possibilitou a implantação de novos sistemas de informação como o Portal do Gestor e o Inventário Eletrônico.</p> <p>O Portal do Gestor permite aos gestores que, de forma <i>on-line</i>, obtenham diversos relatórios como: planejamento e consumo de material, pedidos de compra de material e serviço, relação de contratos vigentes, informações sobre férias de servidores, currículos, entre outros. Isso trouxe mais agilidade, pois antes do projeto os gestores tinham de fazer as solicitações dos relatórios às unidades de gestão de pessoas e de administração e finanças. As respostas às solicitações eram concluídas, muitas vezes, em mais de um dia.</p> <p>Com a implantação do inventário eletrônico, ocorreu um aprimoramento na qualidade e velocidade do serviço de levantamento do patrimônio da Corte, que atualmente conta com aproximadamente 60 mil itens. O sistema atual aprimorou os inventários identificando no ato da verificação física itens que estão localizados em unidades divergentes das detentoras da carga do material, bem como informando itens que não foram encontrados, e ainda aprimorou a gestão dos materiais a partir dos relatórios gerados no sistema informatizado.</p>
11. Peticionamento Eletrônico	STJ 6382/2013	SJD	<p>Atualmente, 83% das petições recebidas são eletrônicas. O projeto também contribuiu para o alcance dos objetivos estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ampliar a responsabilidade ambiental (redução da cadeia de processamentos das petições: digitalização, validação, controle de arquivo, descarte dos documentos, transportes de documentos, impressão); - Oferecer serviços com qualidade: os advogados não precisam vir até as dependências do STJ para protocolar a petição. <p>Houve também contribuição para o indicador tático da SJD - “Conformidade no protocolo de petições incidentais”, pois o índice de não conformidade das atividades do protocolo ficou reduzido a 0,4%, conforme relatório de desempenho da SJD – 2º Trimestre/2014. Atualmente, com o peticionamento eletrônico, gasta-se menos tempo para processamento, resultando em mais tempo dedicado a qualidade da atividade.</p>

PROJETO	PROCESSO	UNIDADE GESTORA	RESULTADOS ALCANÇADOS
12. Política de Sustentabilidade	STJ 5784/2011	AGS	<p>Com a publicação da portaria n. 293/2012, o Tribunal institucionalizou sua política de sustentabilidade. Essa política estabelece como diretriz a harmonização dos objetivos sociais, ambientais e econômicos com vistas à preservação potencial da natureza. Com o projeto, o consumo consciente passa a fazer parte do dia a dia dos servidores: a Casa está cada vez mais empenhada em trabalhar de forma econômica, que garanta menos impacto ao meio ambiente.</p> <p>A redução nos gastos com material de consumo de 2009 até 2013 ultrapassa 50%. O número apresentado pelo gabinete do ministro Mauro Campbell Marques é exemplar. Em 2009, para julgar 12 mil processos o gabinete gastou R\$ 18.933,45 com material. Em 2013, o valor diminuiu para R\$ 653,31 e foram julgados mais de 17 mil processos. A análise dos dados aponta que as principais reduções aconteceram devido ao uso racional de papel, toner, caneta, copos plásticos e garrafas de água.</p> <p>Há outros dados interessantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A substituição parcial das torneiras dos banheiros e as manutenções periódicas contribuíram para a redução em 7,5% do consumo de água. • A introdução do processo digital em conjunto com as ações de educação ambiental voltadas ao consumo consciente e redução de desperdício são fatores que contribuíram pela redução em 40% do consumo de papel. • O aumento do consumo de energia elétrica foi de apenas 2%, justificada pelo aumento de carga horária dos servidores, que passou de 6 para 7 horas e a ampliação do horário de funcionamento de 6 às 21h. <p>O projeto lançou também a campanha do Ecotrônico, que visa à conscientização do correto descarte do lixo eletrônico e beneficia a Estação de Metarreclagem de Samambaia – DF. O projeto beneficia o alcance do objetivo estratégico de ampliação de responsabilidade socioambiental.</p>
13. Ponto Biométrico	STJ 9757/2011	STI; SAF; SGP e SSE	<p>O ponto biométrico confere mais segurança ao processo de registro de frequência dos colaboradores, pois usuários são identificados, exclusivamente, por meio da impressão digital. O sistema possibilita um acompanhamento diário da frequência, uma vez que a consulta fica disponível, tanto no mês em curso quanto nos anteriores, dando condições de analisar as possíveis falhas e justificativas.</p>
14. Resumo Indicativo do Thesaurus	STJ 11978/2011	SJD	<p>O projeto foi um protótipo desenvolvido no sistema Justiça que trouxe melhorias à atividade de classificação. Para implementação desse protótipo, 644 processos foram analisados pela SJD e apresentados ao Gabinete do Ministro Og Fernandes. Atualmente, esse protótipo foi absorvido pelo projeto tático da SJD, denominado Classificação Avançada.</p>

PROJETOS CANCELADOS

PROJETO	PROCESSO	UNIDADE GESTORA	COMENTÁRIO
1. Prazos Prescricionais	STJ 2911/2011	SJD; SOJ; STI	Na 10ª. RAE foi decidido pelo cancelamento dessas iniciativas do plano estratégico STJ 2010-2014.
2. Impedimentos	STJ 12013/2011	SJD	
3. STJ na Era Virtual	STJ 6140/2011	SJD; SOJ; SJR	Na 10ª. RAE foi decidido pelo desmembramento do projeto nos projetos estratégicos Espaço do Advogado e Peticionamento Eletrônico e no projeto tático MNI – Modelo Nacional de Interoperabilidade.
4. UNIJUS - Universidade Corporativa do STJ	STJ 790/2011	SGP	O cancelamento do projeto está documentado no processo STJ 790/2011.